

# Em busca de uma teoria construcionista do jornalismo contemporâneo: a notícia entre uma forma singular de conhecimento e um mecanismo de construção social da realidade

## RESUMO

O presente artigo discute e explora algumas relações possíveis entre a perspectiva que compreende o jornalismo como uma forma singular de produção de conhecimento (Adelmo Genro Filho, 1988) e a abordagem construcionista da produção jornalística (Gaye Tuchmann, 1983 e 1993; e Nelson Traquina, 1993 e 2001). Num diálogo articulado entre comentários, críticas e observações de vários autores que tematizam o jornalismo, o autor sustenta a idéia de que o potencial da produção jornalística reside em sua singularidade de ação cotidiana e, pois, na dimensão instituinte das relações e acontecimentos que marcam a realidade social contemporânea.

## PALAVRAS-CHAVE

- jornalismo
- relacionamento
- realidade

## ABSTRACT

*The current essay discusses and explores some of the possible relationships between the perspective that includes journalism as a single form of knowledge production (Adelmo Genro Filho, 1988) and the constructive approach in the journalistic production (Gaye Tuchmann, 1983 e 1993; e Nelson Traquina, 1993 e 2001). In an articulate discussion including remarks, critiques and observations from several authors who approach journalism, the author supports the idea that the potential of journalistic production lies in its singularity of every day action and consequently in the established dimension of relationships and events that institute the contemporary social reality.*

## KEY WORDS

- journalism
- relationship
- reality

**Sérgio Luiz Gadini**  
UEPG/PR

**P**aralelamente ao fortalecimento do campo jornalístico brasileiro, registrado com maior ênfase a partir de meados dos anos 1980, a concepção de jornalismo – talvez um pouco próximo da ampla variabilidade conceitual que marca as noções de comunicação – sofre de uma esquizofrênica amplitude de possibilidades que definem seu objeto, que vai desde a sua restrição a procedimentos técnicos de produção e transmissão de informações até (ainda no âmbito desse mesmo olhar restritivo) sua afirmação como uma mera prática profissional cuja orientação básica residiria na sua compreensão como “espelho da – realidade.

Tal cenário parece especialmente demarcado no Brasil, onde os esforços para se pensar o jornalismo em suas dimensões históricas e culturais, e como um campo marcado por relações de disputa e tensões com os demais campos que constituem a esfera pública, ainda são relativamente restritos.

Um exemplo bastante significativo é o fato de que a formação acadêmica na área ainda é muito marcada por uma certa tradição tecnicista, que insiste na afirmação contínua do mito da objetividade e padece de uma espécie de esquecimento de questões cruciais ao entendimento do fenômeno jornalístico, tais como a problematização das relações com as fontes, a tematização, os critérios de noticiabilidade, as rotinas de produção e a multiplicidade de atores e discursos que configuram as condições de produção periodística.

Neste sentido, o debate em torno do conceito de jornalismo se torna particularmente importante, na mesma proporção em que a emergência de outros discursos sociais adquire forma, visibilidade e adesão no campo midiático. Uma primeira referência deste texto diz respeito aos demais elementos que integram a realidade social cotidianamente construída pelos próprios indivíduos, grupos, movimentos e instituições, que instituem uma contínua dinâmica de relacionalidade.

Daí por que, ao invés de se falar em algo dado, a perspectiva construtivista da presente abordagem teórica do jornalismo pensa a vida social como processos de instituição dos sentidos e valores que orientam as ações e percepções dos grupos humanos. Tal concepção implica em compreender que a realidade é sempre resultante de uma ação social e, portanto, histórica e cultural, ainda que – como bem ressaltaram Berger e Luckmann (1987) – os indivíduos tendam a apreendê-la como uma facticidade exterior e

anterior à sua própria experiência; o que não autoriza uma reificação da realidade, uma vez que a relação dialética entre institucionalização e legitimação – os dois principais graus da objetivação – evidenciam, em definitivo, a realidade como construção.

Nas sociedades complexas da contemporaneidade, a realidade social é também instituída por uma multiplicidade de discursos e interesses, por padrões de comportamentos socialmente definidos e aceitos, por variadas formas de interação que ganham visibilidade e forma por meio de dispositivos técnicos; dentre os quais se destacam os de comunicação.

A abordagem do jornalismo como forma de conhecimento singular, as noções de campo social e produção cultural, bem como as demais referências conceituais que perpassam este estudo, estão diretamente associadas à idéia de realidade, entendida no âmbito do que Philippe Corcuff (2001, p. 26) denomina de perspectiva construtivista: “as realidades sociais são apreendidas como construções históricas e cotidianas dos atores individuais e coletivos”. Esse processo, uma vez que não é deliberado nem intencionalmente planejado, pode ocorrer à revelia dos atores envolvidos. Em outros termos, as ações humanas não se processam de modo (sempre) absolutamente inédito, mas ocorrem em situações históricas que, por sua vez, também são gradualmente transformadas por essas mesmas ações, sejam elas de atores individuais ou coletivos. Por isso mesmo, nesse processo histórico, “as realidades sociais são ao mesmo tempo objetivadas e interiorizadas” (CORCUFF, 2001, p. 27). A realidade é, pois, não só uma representação (simbólica), mas uma simultânea e contínua construção social.

É, pois, nessa perspectiva – e, de certo modo, próximo de uma abordagem construtivista<sup>1</sup> – que buscamos pensar a realidade como uma construção contínua, um campo em disputa, marcado pelas mais diversas formas de expressão e materialidades.

Apenas para situar a pluralidade do mundo contemporâneo, tomamos por base aqui a noção de sociedades complexas, que é trabalhada, entre outros autores, por Alberto MELUCCI (2001). Para o autor, essas sociedades assumem “a existência de uma lógica de sistema significativamente diversa daquela do capitalismo industrial...”. Nas sociedades complexas, “os conflitos se desenvolvem naquelas áreas do sistema diretamente investidas pelos fluxos informativos e simbólicos mais intensos e, ao mesmo tempo, submetidas às maiores pressões para a conformidade. Os atores destes conflitos são provisórios e a sua ação opera como reveladora, anunciando para a sociedade os dilemas cruciais que a atravessam” (MELUCCI, 2001, p. 27).

O jornalismo, em especial, não só por uma linguagem, técnica e articulação específicas, mas fundamentalmente por padrões de credibilidade historicamente legitimados, aciona uma gama de significações, forjando processos e produtos que, por sua vez, podem envolver e “seduzir” o consumidor, usuário ou

receptor. A informação jornalística institui, no processo de produção de sentido, um conhecimento que vai agregar, questionar ou negar a relação e comportamento que o usuário mantém no espaço coletivo das complexas sociedades contemporâneas.

Daí a pertinência de se compreender de que modo o acontecimento jornalístico vai interagir na construção da realidade social. Adelmo Genro Filho (1988) define o fato jornalístico como sendo uma construção, sempre interpretativa, elaborada a partir de um fenômeno. Assim, numa construção discursiva, há um “fenômeno e uma pluralidade de fatos”, conforme os jogos de interesses, opiniões e procedimentos em questão. Ao oscilar na tensão estrutura- acontecimento, o jornalismo trans-porta uma concepção do mundo; uma compreensão dos fenômenos e relações pautados pela mídia. É nessas tensões que são negociados, instituídos e sobrepostos os sentidos, valores, intenções e interesses que perpassam as dimensões do universo imaginário.

Constituído pelo simultâneo imbricamento dos aspectos singulares, universais e particulares presentes em toda e qualquer situação fenomênica, o jornalismo implica, sempre, num recorte temático que redesenha o mundo social, a partir de um determinado enfoque. Na prática, o discurso jornalístico estrutura-se em torno de um conjunto de textos, imagens, citações, títulos, diagramação, além de uma série de outros procedimentos editoriais que articulam estilos próprios, introduzindo suas respectivas expressividades e estruturando e sugerindo outras configurações. Em outros termos, o jornalismo conecta uma multiplicidade de vozes, sentidos e códigos diferenciados, os quais fazem, fizeram ou passarão a fazer parte do imaginário em que o mesmo se constitui.

Assim, o discurso jornalístico é compreendido como mais um dos inúmeros produtos que circulam no espaço social em que se situa a noção de construção social da realidade. A existência e publicação, por vezes isoladas, de discussões em torno das variadas propostas teóricas e tendências do jornalismo contemporâneo ganharam, recentemente, uma sistematização feita por Nelson Traquina (2001), que apresenta um mapa das principais abordagens e conceitos sobre a produção jornalística no último século.<sup>2</sup>

Nesse texto, o autor propõe uma leitura do jornalismo com base em cinco orientações que nortearam a história da produção das notícias: teoria do “espelho”, teoria da ação social pessoal ou teoria do *gatekeeper*, teoria organizacional, teorias de ação política e as teorias da notícia como construção social, de onde surgem as perspectivas da teoria estruturalista e da teoria interacionista. Traquina se detém, entretanto, nessa última abordagem.

O paradigma que compreende a notícia como construção social da realidade surge basicamente entre o final dos anos 1960 e início da década de 70. Seu pressuposto básico é de que a notícia, à medida que “presentifica” o acontecimento a que se remete, tam-

bém o constrói e, assim, participa do processo de instituição da realidade social. Nas palavras do autor, “as notícias são o resultado de um processo de produção, definido como percepção, seleção e transformação de uma matéria prima, os acontecimentos, num produto, as notícias” (Traquina, 2001, p. 60).

Com base na reflexão desenvolvida por Gaye Tuchman (1983), Traquina lembra que a teoria interacionista, também conhecida como etno-construcionista pela aproximação conceitual, “encara o processo de produção das notícias como interativo onde diversos agentes sociais exercem um papel ativo no processo de negociação constante”. (Traquina, 2001, p. 64).

Para a teoria interacionista do jornalismo, os profissionais, “confrontados com abundância de acontecimentos e escassez do tempo, lutando para impor ordem no espaço e ordem no tempo” (Traquina, 2001, p. 75), acabam criando uma rotina de “previsibilidade”, até para conseguir cobrir os principais fatos considerados noticiáveis para a edição do dia ou hora seguintes. É daí que surge a pertinência das “rotinas produtivas”, bem como das necessárias “ordens” no tempo e no espaço.

A lógica da teoria interacionista reside, assim, na hipótese de que na mesma proporção em que um determinado acontecimento, ao ser pautado pelo campo jornalístico, origina a notícia na forma de um produto que torna público ou visível a mesma situação, “a notícia também constrói o acontecimento, porque é um produto elaborado que não pode deixar de refletir diversos aspectos do processo de produção”. (Traquina, 2001, p. 88).

A reflexão é, de fato, oportuna e mais do que necessária. Aliás, talvez, mais válido ainda seria discutir o jornalismo – para além da noção funcional e tecnicista que muitas vezes marca a imagem da profissão – de um modo mais consistente, capaz de justificar que “agendar” o imaginário de milhões de pessoas, através de notícias garimpadas entre fontes e entrevistas nem sempre de fácil disponibilidade e transparência, não é algo que pode ficar no limite do senso comum ou de meia dúzia de técnicas de redação.

Se, por um lado, o ensaio acima citado consegue dar um maior reconhecimento reflexivo e profissional ao campo, por outro lado, não há como deixar de perceber a ausência (proposital ou não) de qualquer referência a uma hipótese conceitual que busca compreender o jornalismo como forma singular de conhecimento humano, cotidianamente elaborado, que também vai intervir nas relações sociais da realidade (Genro Filho, 1988). Até pela proximidade que essa abordagem possui com a via interacionista, a lacuna na discussão parece digna de lembrança. Por isso mesmo, essa relação será feita neste texto.

### **Jornalismo... representação e acontecimento na construção de um “mundo possível”**

Outro pesquisador que partilha, ao menos parcialmente, de orientações similares nos estudos do jorna-

lismo é Miquel Rodrigo Alsina (1989), para quem a notícia configura uma “representación social de la realidad cotidiana que se manifiesta en la construcción de un mundo posible”. (ALSINA, 1989, p. 18).

Se a notícia é o produto de uma mediação da instituição comunicativa; para que um acontecimento social tenha uma efetiva vigência a perceptibilidade do acontecimento é condição necessária, embora não suficiente. Afinal, não basta detectar essa alteração sistêmica, a mesma deve ser discursivamente construída e veiculada. Caso contrário, estaríamos simplesmente diante de uma variação ou de uma espécie de evento secreto.

A variação no sistema funcional, a comunicabilidade do fato, sua percepção e a implicação dos indivíduos envolvidos são apresentadas por Miquel Alsina como “elementos essenciais” do acontecimento. De modo que aparece aqui uma outra característica do acontecimento: o destaque da singularidade ou o caráter espetacular que tipifica a variação sistêmica. Imaginemos uma destas alterações; passado o impacto dos efeitos imediatos, o próprio sistema passa a assimilar o “rompimento” inicialmente registrado e publicizado. Essa gradativa re-acomodação da ordem normativa que sofreu uma variação passa ou a incorporar novos elementos ou a rejeitá-los supondo a não aceitação da ruptura, na tentativa de defender a ordem anterior.

É, pois, nos interstícios dessa alteração e do seu caráter espetacular que reside o potencial do “acontecimento periodístico”. Claro que o seu extremo, ou seja, a exploração exacerbada dos aspectos singulares da variação, tende a levar ao que se convencionou chamar de sensacionalismo ou “jornalismo marrom”. Daí a mediação conceitual que Genro Filho (1988) apresenta à teoria da produção jornalística: a estruturação discursiva em torno da relacionalidade dos aspectos singulares, universais e particulares que permeiam um determinado fenômeno.

É ainda Miquel Rodrigo Alsina (1989) quem discute o jornalismo como uma “atividade especializada en la construcción de la realidad social”, que se apresenta como uma “objetivización de segundo grado (de rutina cognitivas, de esquemas interpretativos y de significados)”. Em outros termos, trata-se de uma (outra) construção da realidade que vai se somar às situações, fatos e relações já socialmente existentes e publicamente reconhecidas (ALSINA, 1989, p. 162).

Mas, nem sempre, a hipótese de que o discurso jornalístico configura um acontecimento é trabalhada sob o ponto de vista de sua construção singular no universo social. Um exemplo disso são as reflexões do próprio Alsina. Mesmo reconhecendo que, ao lhe dar publicidade, por definição, os *media* constroem o acontecimento da notícia, Alsina (1989, p. 185) ainda trabalha o acontecimento periodístico um pouco restrito ao nível de sua representação ante o evento, enquanto ruptura da lógica sistêmica onde se situam os indivíduos. Talvez, resida aí um dos limites da sua abordagem.

Apesar de atribuir ao acontecimento periodístico uma gama de características que o diferenciam de outras construções discursivas, Miquel Alsina acaba por não trabalhar a dimensão constitutiva da produção mediática como uma prática que, ao recortar uma determinada variação registrada, apreende-a, dando-lhe uma outra estrutura de acontecimento, o qual, mesmo tendo como referência um evento antes destacado do mundo, possui um tempo e um espaço próprios, que não são e nem podem ser os mesmos da variação fenomênica percebida e, agora, comunicada como um acontecimento discursivo pelos *media*.

Os fenômenos e eventos que povoam o mundo cotidiano precisam ser percebidos como processos incompletos que se articulam e se apresentam, deixando sempre uma margem de significação em aberto, a ser construída, exatamente porque se supõe que, no processo do conhecimento, o real não aparece imediatamente em sua face concreta e essencial. A construção do conhecimento se dá na apropriação de suas relações com o mundo. É assim que o homem transforma as coisas, tornando o mundo compreensível. E, embora o mundo não se esgote no que é aparentemente dado, mas é sempre uma possibilidade, a noção de mundo real, aqui trabalhada, refere-se à forma pela qual o mesmo está estruturado no presente, como o experienciamos e como se apresentam as situações da vida cotidiana.

A mesma abordagem construtivista se torna mais pertinente para nortear conceitualmente o presente estudo. Com base na perspectiva sociológica interpretativa de Alfred Schütz (1979), e também dialogando com as contribuições de Berger e Luckmann (1987), Gaye Tuchman (1983) trabalha o jornalismo como forma de ação instituinte da vida coletiva; como processo de construção social da realidade cotidiana.

Para Tuchman, as abordagens da sociologia interpretativa

*sostienen que el mundo social proporciona normas que los actores invocan como recursos o compulsiones cuando trabajan activamente para realizar sus proyectos. Mediante esse trabajo, los actores dan forma al mundo social y sus instituciones como fenómenos compartidos y construidos. Se producen simultáneamente dos procesos. Por un lado, la sociedad ayuda a dar forma a la conciencia. Por el otro, mediante su aprehensión intencional de los fenómenos en el mundo social compartido – mediante su trabajo activo –, los hombres y las mujeres construyen y constituyen los fenómenos sociales colectivamente.* (TUCHMAN, 1983, p. 196).

Assim, a perspectiva da sociologia interpretativa no jornalismo acentua as atividades dos informadores e das organizações informativas mais que as normas sociais, uma vez que os próprios critérios de noticiabilidade não estão claramente pré-determinados pelas relações ou pela estrutura sociais.

Alfred Schütz (1987), um dos principais mentores

dessa compreensão sociológica, se ocupa dos fenômenos no mundo, constituindo uma referência com a qual os autores abordam o mundo social. Nessa perspectiva interpretativa, “aunque un lector de periódico podría impugnar la veracidad de un relato informativo específico, él o ella no impugna la existencia misma de la noticia como fenómeno social” (Tuchman, 1983, p. 200).

É dessa maneira que o mundo da vida cotidiana é visto ou compreendido, pelos pensadores dessa orientação teórica, enquanto “realidade por excelência” dentre as possíveis e “múltiplas realidades” de que fala Alfred Schütz. Oportuno lembrar que, para essa mesma abordagem, os atores sociais criam significados e, com isso, também uma consciência compartilhada da ordem social, fazendo com que a própria ordem social se torne, guardadas as proporções, dependente dos significados compartilhados.

Daí a pertinência para se pensar o jornalismo e sua criação cotidiana de significados que, por sua vez, atribuem “sentidos”, valoração, prioridades de olhar, interesses e, enfim, participam da instituição dos modos coletivos de organização da vida humana. Por isso Gaye Tuchman vai problematizar o jornalismo em uma já reconhecida dupla perspectiva: de reforço da ordem ou normas sociais e pela possibilidade de criação de outros sentidos igualmente compartilhados pelos atores sociais. O que possibilita pensar, ainda, que

*Los relatos informativos no sólo prestan a los acontecimientos su existencia como sucesos públicos, sino que también les imparten carácter, puesto que los reportajes informativos ayudan a dar forma a la definición pública de los acontecimientos atribuyéndoles, de manera selectiva, detalles específicos o “particulares”. Hacén accesibles a los consumidores de noticias estos detalles.* (TUCHMAN, 1983: 204).

Isso porque, continua TUCHMAN (1983, p. 16), “la noticia coordina las actividades en el interior de una sociedad compleja al hacer disponible a todos la información que de otra manera sería inaccesible”. Desse modo,

*Por impartir carácter público a los casos que ocurren, la noticia es primero y primordialmente una institución social. Em primer término, la noticia es un método institucional para hacer que la información esté disponible ante los consumidores... En segundo término, la noticia es una aliada de las instituciones legitimadas... En tercer término, la noticia es localizada, recogida y diseminada por profesionales que trabajan en organizaciones. De tal manera, la noticia es, inevitablemente, un producto de los informadores que actúan dentro de procesos institucionales y de conformidad con prácticas institucionales”* (TUCHMAN, 1983; 16).

Nilson Lage (2003)<sup>3</sup> critica a perspectiva percorrida por Gaye Tuchman, a partir do texto “A objetividade como ritual estratégico”, publicado originalmente em 1972 e, posteriormente, traduzido e veiculado por Traquina.

Por esse texto seminal, você verá que a autora, uma espécie de madrinha do newsmaking, admite uma série de virtudes nos jornalistas (contam o que viram com a precisão possível, ouvem várias versões etc), mas conclui que fazem isso porque têm medo de processos, de serem demitidos etc. Não é uma visão negativa do jornalismo, é uma visão negativa da natureza humana em geral (poderia aplicar-se a médicos, dentistas, advogados, engenheiros), inspirada, em última análise, no pessimismo da *Human Nature*, obra clássica do pensamento saxônico. (LAGE, 2003).

### O jornalismo na perspectiva da singularidade do acontecimento

Em um esforço ousado, Adelmo Genro Filho (1988) propõe uma teoria marxista para o jornalismo. Para além das implicações do modelo apresentado por Genro Filho, interessa aqui explorar o diferencial que essa proposição traz ao jornalismo. Trata-se da noção de singularidade como ponto de partida para o olhar periodístico. Mas, a idéia de singularidade só tem sentido se relacionada às outras duas esferas que, a partir de Hegel e da posterior discussão de Georg Lukacs, formam um determinado acontecimento: a universalidade e a particularidade.

Ao elaborar suas reflexões, Genro Filho preocupou-se em compreender as potencialidades e o significado do jornalismo. Dirá, então, que o relato jornalístico de um fato singular já contém dimensões particulares e universais na forma viva do próprio acontecimento, pois um fato jornalístico, em certa proporção, expressa a interiorização das relações sociais que o envolvem na construção (inter) subjetiva de sentidos do discurso.

O autor de *O Segredo da Pirâmide* (1988, p. 49) alerta, com isso, que a atividade jornalística não se reduz a uma mera coleta e reprodução dos fenômenos enquanto algo dotado de significados puramente objetivos. Antes, ela inclui a reconstituição fenomênica já “recheada de significação” pela intermediação subjetiva tanto do comunicador que elabora a notícia como por parte do receptor que, enquanto membro dessa mesma comunidade social – não necessariamente local, mas potencialmente global e presentificada no imaginário – participa da produção do sentido dos respectivos enunciados. Falar em jornalismo é, então, falar em fragmentos de realidade, resultantes de um jogo de fatores e códigos de produção discursiva. A reflexão de Genro ilustra bem essa complexidade:

A notícia jornalística reproduz o fenômeno enquanto tal, resguardando sua aparência e forma

singular, ao mesmo tempo em que insinua a essência no próprio corpo da singularidade, enquanto particularidade delineada em maior ou menor grau e universalidade virtual. A informação jornalística sugere os universais que a pressupõem e que ela tende a projetar. É na face aguda do singular e nas feições pálidas do particular que o universal se mostra como alusões e imagens que se dissolvem antes de se formarem... O real aparece, então, não por meio da teoria, que vai apanhar o concreto pela sua reprodução lógica, mas recomposto pela abstração e pelas técnicas adequadas numa cristalização singular e fenomênica plena de significação, para então ser percebido como experiência vivida. (GENRO FILHO, 1988, p. 140).

Ao destacar a especificidade do singular no discurso jornalístico, Genro Filho diz que

As informações que circulam entre os indivíduos na comunicação cotidiana apresentam, normalmente, uma cristalização que oscila entre a singularidade e a particularidade. A singularidade se manifesta na atmosfera cultural de uma imediaticidade compartilhada, uma experiência vivida de modo mais ou menos direto. Somente o aparecimento histórico do jornalismo implica uma modalidade de conhecimento social que, a partir de um movimento lógico oposto ao movimento que anima a ciência, constrói-se deliberada e conscientemente na direção do singular, como ponto de cristalização que recolhe os movimentos, para si convergentes, de particularidade e da universalidade (1988, p. 160).

Existe, obviamente, uma inter-relação entre essas três categorias que representam aspectos objetivos do mundo real. A questão central, nesse debate, parece residir fundamentalmente no fato de que a abordagem jornalística tende a apreender o real pelo movimento e este como produção do novo, daquilo que motiva a elaboração de uma determinada notícia.

Genro Filho (1989, p. 2) observa que a ligação entre essas três esferas de um fenômeno abordado é sempre relacional. O particular, por exemplo, “é sempre particular em relação a um singular e a um universal”. Não há um particular por si mesmo, como também não existe um singular fixo. “Em cada uma das dimensões estão presentes as demais categorias, mas estão presentes de forma subjacente, superada, como se fossem dissolvidas”. Não havendo apenas um singular, em boa medida, a singularidade de um fenômeno depende do ângulo e da compreensão com que se reveste o olhar do indivíduo quando de sua tentativa de compreensão.

Se a singularidade é a força central da informação, na construção discursiva de um evento, serão “as características, os detalhes necessários para montar

um quadro com uma certa semelhança da percepção imediata que os indivíduos têm das coisas que contornam o discurso jornalístico”. É daí que decorre a “grandeza e a força do jornalismo”, acredita Genro Filho (1988).

Existe, obviamente, uma série de outras contribuições bibliográficas que podem ser relacionadas ao modo como os autores citados trabalham o jornalismo. Destaque-se aqui, por exemplo, a discussão de Maurice Mouillaud, que trabalha o jornal como um campo polêmico que, dessa forma, também atua na instituição cotidiana de sentidos no imaginário coletivo. O discurso do jornal integra um conjunto de relações que envolvem dispositivos e técnicas que produzem sentido num contexto e momento (Mouillaud, 1997, p. 29). Além disso,

O jornal diário tornou-se, na realidade, um substitutivo do espaço público, um fórum onde se escuta o eco de todas as vozes públicas, ao mesmo tempo em que tem sua própria voz. Esta dualidade está na origem das estratégias pelas quais o jornal manipula, seja por identificar-se com ele, seja por distanciar-se do mesmo, o discurso de outrem. Uma tipologia das “estratégias da citação” é proposta em conclusão a essas análises. (MOUILLAUD, 1997, p. 27).

Rosa Nívea Pedroso (2003) discute o caráter informativo do jornalismo e, de certo modo, também retoma essa trajetória em que a realidade social é compreendida como um campo aberto para disputas simbólicas e onde, cotidianamente, as produções jornalísticas também atuam.

Na avaliação da professora Pedroso (2003), o jornalismo é uma atividade que “transforma o acontecimento em notícia (e a notícia em meta-acontecimento, isto é, o fato reconta-se ao ser relatado/narrado” que, por sua vez, “reconta-se de acordo com as leis do mundo simbólico)”, seja em formato de reportagem, entrevistas diretas, artigos, foto-legendas, notas, dentre outras variações discursivas.

Ao trabalhar com fatos – teoricamente inéditos, exóticos e singulares – a produção jornalística assume a possibilidade concreta e cotidiana de “interpretar” a realidade social, seguindo rotinas editoriais, condições técnicas e procedimentos de seleção, hierarquização e publicação de determinados olhares que integram e agem na vida social. A produção periodística torna-se, assim, um discurso que, ao apresentar-se como “porta-voz” de determinados olhares – marcados pela busca da pluralidade, proximidade, universalidade, periodicidade, interesse coletivo, dentre outras características –, participa da instituição, manutenção ou projeção das relações do espaço simbólico, geográfico e cultural em que os produtos jornalísticos circulam.

Limites de tempo e espaço; condições de produção; qualificação profissional e interferência empresarial

na orientação editorial são, assim, alguns fatores que podem marcar o processo de produção, circulação e consumo da informação jornalística. Fatores esses que podem redirecionar os sentidos que vão ser destacados e marcar a apresentação dos mais diversos produtos do jornalismo contemporâneo. Da mesma forma, os desdobramentos políticos, econômicos e culturais dessa perspectiva estão diretamente associados aos modos de organizar, viver, pensar e agir dos indivíduos que participam de um determinado contexto e época.

São esses procedimentos rotineiros – e considerados “objetivos” – que Gaye Tuchman (1993, p. 74) denomina de “rituais estratégicos” de proteção contra erros, críticas, e falsidades. Numa retomada – indireta e, de certo modo, sutil – de influências do funcionalismo sociológico, a objetividade é compreendida por Tuchman como estratégia que possibilitaria um maior e, supostamente, necessário distanciamento entre os jornalistas e os fatos, bem como entre os jornalistas e as fontes.

Sem abraçar exclusivamente uma dessas várias abordagens como a mais convincente, é possível considerar alguns aspectos apresentados pelos autores citados, explorando o potencial do jornalismo pela perspectiva da singularidade do acontecimento, ao considera-lo como um dos inúmeros mecanismos que participam dos processos e relações que instituem a realidade. E, assim, também contribuem na construção agendamento, tematização e visibilidade que possibilitam pensar sobre os fatos selecionados e, jornalisticamente, pautados do campo social.

Além das principais características que, tradicionalmente, são referências no jornalismo<sup>4</sup>, é possível destacar o agendamento (*agenda setting*) e as rotinas produtivas como fatores que integram a produção periodística e, numa perspectiva relacional entre alguns dos conceitos aqui discutidos, pensar que o jornalismo configura uma construção atualizada das relações entre os fatos do cotidiano, operando no imaginário histórico-cultural de uma dada época.

### **No agendamento (singular) do fazer jornalístico... a instituição social da realidade**

De um modo geral, os discursos (produtos) midiáticos operam nos interstícios, nos supostos “vazios” das relações sociais, negociadas, impostas ou, ainda, instituídas pelos grupos humanos. É, pois, também a dimensão imaginária que, num determinado momento, torna uma informação mais aceita e autoprojável no meio social do que, diferentemente, se registra em outras ocasiões. Esse mesmo enfoque e exploração da dinâmica instituído-instituinte torna o discurso jornalístico um mecanismo de intervenção nas relações sócio-imaginárias do mundo contemporâneo.<sup>5</sup>

Por essa mesma lógica, os sentidos dos discursos midiáticos não são deflagrados senão numa dinâmica instituinte, seja no espectro da negociação, imposição, resíduo cultural ou memorizações. Como o senti-

do é produzido nas relações entre as coisas, fatos e indivíduos que ocupam posições de sujeito, o espaço social onde se desencadeiam esses processos de construção de valores, sentidos e situações projetadas é, a princípio, uma possibilidade, uma esfera aberta e indeterminada. Daí porque se pode pensar – nos campos sociais pelas relações estruturadas e, ao mesmo tempo, em estruturação – em processos de disputa e construção de hegemonia. Assim, o discurso jornalístico configura e se constitui em uma forma possível de compreensão e, conseqüentemente, de construção da realidade (social) cotidiana. Sem dúvida, em cada caso, as condições de produção, circulação e de reconhecimento (VERÓN, 1981, p. 193) implicam mecanismos diferentes que exigem a utilização de estratégias e análises específicas. Essa lógica sobre os modos de dizer, entretanto, é objeto para outras discussões.

Sob certos aspectos, o jornalismo efetua, então, uma espécie de “mundo possível” que se apresenta na forma de representações discursivas que ganham visibilidade social por meio das estruturas de produção, circulação e consumo. Miquel Rodrigo Alsina (1989) dirá que no processo de produção jornalística interferem três mundos distintos e inter-relacionados: Por um lado, compreendido como a fonte dos eventos que o jornalismo utiliza para produzir a notícia, está o “mundo real”. Já o “mundo de referência” envolve todos aqueles elementos nos quais se podem enquadrar os fenômenos do mundo real problematizado. Justifica-se aqui o fato de ser imprescindível, para a compreensão de um evento, o seu enquadramento num modelo de mundo referencial. Por sua vez, o “mundo possível” seria aquele que o jornalista constrói, a partir do “mundo real” e do “mundo de referência” escolhido. Conclui-se, pois, que o mundo possível construído e projetado no discurso da informação recolhe suas marcas e traços do mundo de referência.

Essa noção de mundo possível, trabalhada por Alsina (1989), está associada aos mecanismos de construção histórica e imaginária da sociedade e da realidade contemporâneas. É nessa dimensão imaginária que o discurso jornalístico opera enquanto recorte e produto da dinâmica instituído-instituente, marcado por seus respectivos modos, mecanismos, especificidades editoriais, fatores de conexão, recursos técnicos, dentre aspectos que instituem a produção jornalística.

Pondere-se que se, por um lado, Miquel Alsina desafia o senso prático profissional, identificando na notícia uma lógica de acontecimento como rompimento sistêmico do cotidiano, por outro lado, ele mesmo parece complicar-se um pouco quando tenta captar o que seriam as especificidades do discurso periodístico. Adelmo Genro Filho (1988), mesmo que parcialmente e nos limites de um modelo sociológico, parece superar esse dilema ao identificar a centralidade da produção jornalística em sua relação de singularidade; no que há de mais específico e peculiar em um dado fenômeno pautado. Ressalte-se, entretanto, que essa singularidade só tem sentido de produ-

ção, apagamento ou projeção de significação valorativa, a partir da interlocução com o imaginário social.

A noção de poder designa, aqui, o que seriam os efeitos dos discursos no interior de um determinado contexto de relações sociais, sendo que tais efeitos não podem deixar de ser uma produção de sentido. É o que explica Eliseo Verón:

Todo reconhecimento engendra uma produção e, por sua vez, toda produção resulta de um sistema de reconhecimento. Desse modo, um tal tipo de “mensagem” dos *media* tem efetivamente um poder sobre os “receptores”; esse poder só existe sob a forma de sentido produzido: comportamentos, falas e gestos que definem relações sociais determinadas entretidas por esses mesmos “receptores” e que se entrelaçam na infinita rede da semiose social. (VERÓN 1981, p. 197).

É nesse sentido que o jornalismo constrói e transporta um “mundo possível” (ALSINA, 1989), que se processa e se desdobra como construção sócio-cultural e imaginária. Como os indivíduos deslocam-se, vivenciam e realizam suas experiências num determinado universo social, que é, *a priori*, conformado por uma série de variantes sócio-culturais, pode-se dizer que o ser humano é “apresentado” a uma estrutura de mundo com a qual aprende a conviver e vai formando sua compreensão social, sua personalidade, seu mundo existencial e, enfim, capacitando-se para pensar e agir coletivamente.

É nessa perspectiva (sociológica) que se pode melhor compreender o modo como se processam os desdobramentos do discurso jornalístico. Adelmo Genro Filho (1988, p.81) dirá que é a partir da necessidade de relacionar os indivíduos com o mundo global que surge o “jornalismo como uma forma de conhecimento que vai cumprir um papel semelhante ao da percepção individual da singularidade dos fenômenos, só que agora é como se nos relacionássemos com a imediatividade do mundo, de uma aldeia global”.

A realidade presentifica-se, projeta-se e se constrói (ou é construída) pelos discursos. O mesmo ocorre com o jornalismo, na medida em que opera uma série de elementos e relações que interagem, direta ou indiretamente, na vida das pessoas. Aqui, também em função da dimensão globalizante dos espaços midiáticos, não é apenas o grau de proximidade que determina o interesse por um determinado discurso. Além disso, os problemas e confrontos da realidade perpassam todo o processo de elaboração da informação, pois constituem um recorte do fluxo contínuo de ocorrências.

Entendido como o discurso da cotidianidade, o jornalismo responde a uma necessidade social da informação: noticia, informa e veicula uma abordagem a respeito dos eventos da realidade (global) cotidiana, logicamente passível de identificação pelo seu respectivo público-alvo, uma vez que são essas mesmas condições e possibilidades de produção que tor-

nam uma notícia aceitável... na medida em que o receptor é interlocutor, que age como “reconhecedor” dos sentidos projetados nos produtos que ganham visibilidade e forma pela ação jornalística.

Ao “cristalizar” a singularidade de um dado evento (dando forma e expressão pela articulação discursiva), o jornalismo constrói acontecimentos de um modo específico; pontua relações entre os aspectos de ordem particular, que envolvem os fenômenos abordados, apresentando – como projeção potencial universalizante – outras formas de compreender as situações da realidade noticiada. Mas esse efeito, como se sabe, é apenas um momento do processo de construção do real do qual o jornalismo participa, como um mecanismo de produção de sentido entre os interlocutores (Pêcheux, 1988), usuários, leitores ou telespectadores.

Não se trata, além disso, apenas da recepção que o público-alvo vai ter do discurso elaborado, mas fundamentalmente do fato de que o processo mesmo da definição da pauta à construção discursiva, em si, pressupõe um conjunto de relações significantes que povoam o momento em que se delimitou o que, estrategicamente – seja sob o ponto de vista mercadológico, de valoração conceitual, importância ou impacto – será incluído ou não na edição periodística. Como se habituou a pensar: o grau de inovação em que o jornalismo opera é dado pela possibilidade de aceitação que o seu público potencial apresenta. Embora o receptor dos suportes de comunicação também seja, nas palavras de Antonio Fausto Neto (1991, p. 17), “alguém construído na própria economia enunciativa ou na produção imaginária dos organizadores e enunciadores do discurso”.

Pertinente considerar ainda que os procedimentos de produção de sentidos no discurso jornalístico operam-se nesse constante imbricamento de falas, bem como do apagamento ou anulação de certos aspectos constitutivos da deflagração de sentidos. Contudo, sabe-se que essa justaposição de vozes e falas não é algo que ocorre apenas nos discursos midiáticos, pois caracteriza, antes, todo e qualquer processo de produção de sentidos. A construção – ordem e coerência lógica – que o acontecimento discursivo assume instaura um estatuto e dimensão conceitual, estabelecendo uma ordem nos fatos enunciados, os quais, mesmo sendo referentes de eventos do cotidiano, não possuem o mesmo tempo e espaço, exatamente porque que em cada construção instaura-se uma outra ordem do mundo que os discursos midiáticos apresentam ao seu respectivo público-alvo.

Sabe-se ainda que as produções jornalísticas, não sendo absoluta e aleatoriamente casuais, orientam-se, por exemplo, por pistas semânticas, pautas agendáveis, indicam sinais que os fatos e boatos sugerem, dando-lhes uma conexão – nem sempre tão lógica quanto os supostos “fatos brutos” possam aparentar – que vai, em alguma medida, apresentar-se como uma outra compreensão estrutural dos eventos e relações do mundo social.

### As “rotinas” produtivas como referências e limites profissionais

Para além ou paralelo às estruturas sociais e à própria lógica empresarial da comunicação, o jornalismo é marcado por “rotinas” profissionais, que podem ser definidas como “uma série de actuações dos meios de comunicação que regulam e determinam o exercício profissional a partir de factores que nada têm a ver com a importância intrínseca dos factos ou a sua actualidade” (Fontcuberta, 1999, p. 106). Na medida em que integram o cotidiano da profissão, de certa forma como algo “inerente”, as rotinas “são vistas como o preço da urgência imposta pelo trabalho com factos da actualidade e como imperativos do próprio processo de produção mediática”. (Fontcuberta, 1999, p. 106).

O estudo de Gaye Tuchman (1983), uma das primeiras autoras a problematizar o assunto na perspectiva construcionista,<sup>6</sup> indica que os modos de organização e funcionamento do jornalismo impõem um ritmo de trabalho baseado ou decorrente de três factores – espaço, tempo e fontes – que, em última instância, determinam a própria agenda do fazer jornalístico.

Desse modo, “a estruturação do tempo numa redacção também influi na avaliação dos factos como acontecimentos informativos”, diz Fontcuberta (1999, p. 106). O tempo central de funcionamento efetivo da estrutura de um diário, por exemplo, é um indicador de que os acontecimentos, programados ou registrados nesse período, possuem um grau de noticiabilidade superior aos fatos que ocorrem após, ou antes, desse tempo de “cobertura” jornalística cotidiana.

A rotina profissional de produção jornalística, contudo, acompanha não só o processo de agendamento como também as expectativas do público e os desdobramentos que o acontecimento pode adquirir. É, ainda, fundamental considerar as rotinas que podem facilitar ou, em outros casos, justificar o não acompanhamento da reportagem. Na base disso está, obviamente, uma “estrutura” de rotina profissional de produção jornalística que não pode ser desconsiderada e tampouco ignorada, seja por profissionais da área, produtores culturais ou leitores que, frequentemente, alegam descaso da parte da mídia para com determinados eventos. Algumas vezes tais argumentos procedem, em outras, contudo, seria oportuno ter presente a lógica das rotinas produtivas do jornalismo.

A pluralidade de fontes é outro fator essencial que envolve as rotinas profissionais da área e, pois, vai marcar as estratégias de produção editorial. A prioridade ou, em certos casos, centralidade de fontes oficiais, por exemplo, é uma prática que parece ser cada vez mais habitual no jornalismo brasileiro. Tais características da rotina profissional passam a constituir, apesar da ação “facilitadora” das assessorias cada vez mais equipadas, um “hábito” profissional e, ao mesmo tempo, uma desculpa para que, do ponto de vista administrativo, os proprietários de veículos e, por extensão os diretores de redação e edição, não apostem no tradicional exercício do jornalismo de

apuração, checando, comparando e verificando a procedência e interesse das centenas ou milhares de informações que, diariamente, chegam aos editores, via e-mail, telefone, correio ou contato direto.

De toda forma, diante de uma gama crescente de informações, os profissionais do jornalismo precisam, inevitavelmente, “exercitar” sua condição de selecionar, hierarquizar, excluir e incluir na edição do dia seguinte os assuntos que, sob sua ótica e em relativa consonância com os interesses e expectativas dos leitores e no próprio jogo de “pressão” por parte das indústrias culturais, será editado e terá destaque no caderno de cada edição diária.

Gaye Tuchman (1983) discute o assunto ao tentar compreender “como” os jornalistas decidem o que é notícia no meio profissional e o porquê destes profissionais se pautarem por determinados critérios, e não por outros, por exemplo, para decidir o que os leitores/ouvintes/telespectadores podem vir a receber pelos respectivos meios periodísticos.

Importante, por isso, considerar as rotinas produtivas como elementos integrantes das estratégias de produção jornalística, onde a notícia resulta de um trabalho socialmente produzido; o que implica em ter presente não apenas o contexto, mas também os processos e os modos que instituem a atividade periodística. É nessa orientação de pesquisa (*newsmaking*) que se busca compreender e descrever o trabalho dos emissores como parte de um processo marcado por rotinas, imagens – por vezes, estereótipos –, expectativas dos leitores, agendamento instituído pela presença e ação de outros atores no campo midiático, limites e seleções temáticas.<sup>7</sup>

Como decorrência, o processo de seleção – agendamento, pauta e produção – jornalística não ocorre de forma isolada, sob única responsabilidade de alguns profissionais, mas integra um processo que é formulado, e mantido inclusive, sob o consentimento da sociedade civil (mais ou menos organizada!), dos consumidores e dos gestores da vida pública ou administrativa vigentes.

E, assim, a “responsabilidade” pela edição (publicação ou não) de determinados fatos e assuntos não pode ser atribuída unicamente ao que se entenderia por critérios e opções “subjetivas” dos próprios profissionais. Logicamente, considerar esses múltiplos mecanismos de intervenção no processo não equivale a isentar os profissionais do jornalismo pela suas respectivas concordâncias (adesões, conivência ou indiferença) diante das políticas editoriais das empresas de comunicação. Isso porque os virtuais e discutidos interesses da sociedade civil muito dificilmente parecem ser os mesmos que as algumas empresas insistem em denominar como “interesses do mercado”; no meio dos quais, os profissionais não parecem ter muitas condições de reivindicar isenção ou indiferença.

## Observações Conclusivas

É nesse sentido que se pode dizer que todo produto jornalístico (seja ele voltado ao campo cultural, econômico ou político) “tráfega” e publiciza imagens da realidade social, à medida que o mesmo é identificado, consumido e apropriado pelo público. Ao estabelecer uma (inter) conexão com o mundo, o produto jornalístico presentifica a simultaneidade de uma enorme variedade de fenômenos, desenhando um mapa do universo social onde são recortados os acontecimentos noticiados pela mídia. Esse ato de produção social imaginária (e, pois, histórica) capacita o indivíduo a projetar novas relações e compreensões, possibilitando – pelo olhar singular do acontecimento pausado e discursivamente estruturado – outras noções da realidade, materializadas em uma forma de produção singular do conhecimento humano.

Contudo, daí a afirmar que essa perspectiva seria uma teoria marxista do jornalismo, como sugeriu Adelman Genro Filho (em sua importante obra sobre o assunto!) talvez, ainda, haveria uma grande distância. Mas, este já seria um outro debate! O fato é que, na perspectiva aqui discutida, o jornalismo leva a cabo – pela ação cotidiana de sua produção discursiva – um conhecimento que pode participar da construção cotidiana da realidade social... um olhar, portanto, assumidamente construcionista para uma teoria do jornalismo contemporâneo. ■FAMECOS

## NOTAS

1. Em *As novas sociologias: construções da realidade social*, Philippe Corcuff (2001, p. 89) aponta algumas diferenças e, ao mesmo tempo, aproximações entre o “construtivismo estruturalista, que parte das estruturas sociais, reivindicado por Pierre Bourdieu” (1990 e 1998), e o “construtivismo fenomenológico”, ao qual estão mais próximos os trabalhos de Peter Berger e Thomas Luckmann (1987), desenvolvidos a partir de Alfred SCHÜTZ (1979 e 1987). Nessa última perspectiva, “a sociedade é uma produção humana; uma realidade objetiva e o homem é uma produção social”. (BERGER e LUCKMANN, 1987, p. 87)
2. Um outro autor português, Jorge Pedro Sousa, sistematiza os paradigmas e teorias das notícias e do jornalismo no último século. Pode-se afirmar que o trabalho de Souza, de certo modo, complementa e dialoga com o texto de Nelson Traquina, já que também ele assume uma versão construcionista das notícias. (SOUSA, 2002, p. 18).
3. Conforme discussões feitas na *Lista Jornalismo Cultural on line*, realizadas no período em 30/03/2003, disponíveis em [www.yahoogrupos.com.br/jncultural/](http://www.yahoogrupos.com.br/jncultural/). Acesso em 30/08/2003.

4. Otto Groth, por exemplo, já na primeira década de século XX (na Alemanha), fala em universalidade, periodicidade, atualidade e difusão (BELAU, 1966, p. 43).
  5. Para uma discussão mais densa e sistemática sobre jornalismo e construção do imaginário social, ver GADINI, Sérgio Luiz. *Jornalismo e Acontecimento: A Produção de Sentido no Discurso da Informação*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1994.
  6. Robert Park e Walter Lipmann, na primeira metade do século XX, já haviam discutido o assunto, com base no interacionismo simbólico sem, contudo, aprofundar os desdobramentos da produção jornalística, como vão fazer, mais tarde, Tuchman e outros autores.
  7. É importante destacar, aqui, a noção de *gatekeeper*. Aplicado aos estudos do jornalismo, na década de 1950, pioneiramente por David White, esse conceito da psicologia social refere-se à pessoa que toma uma decisão numa seqüência sistemática. No processo de produção da informação, “é concebido como uma série de escolhas onde o fluxo de notícias tem de passar por diversos *gates*, isto é, portões que não são mais do que áreas de decisão em relação às quais o jornalista, isto é o *gatekeeper*, tem de decidir se vai escolher essa matéria ou não” (TRAQUINA, 2001, p. 36).
- REFERÊNCIAS**
- ALSINA, Miguel Rodrigo. *La construcción de la noticia*. Barcelona: Paidós, 1989.
- BELAU, Angel Faus. *La ciencia periodística de Otto Groth*. Pamplona: Univ. de Navarra, 1966.
- BERGER, P. & LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1987. 7. ed.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 2.ed.
- CORCUFF, Philippe. *As novas sociologias: construções da realidade social*. Bauru: Edusc, 2001.
- FAUSTO NETO, Antônio. *Mortes em derrapagem*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.
- FONTCUBERTA, Mar de. *A notícia: pistas para compreender o mundo*. Lisboa: Editorial Notícias, 1999.
- GADINI, Sérgio Luiz. *Jornalismo e Acontecimento: A Produção de Sentido no Discurso da Informação*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1994.
- GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Ortiz, 1988. 2. ed.
- GENRO FILHO, Adelmo. “Jornalismo já tem sua teoria”. In: *Jornal Zero*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, setembro de 1989. Caderno especial, página 2.
- LAGE, Nilson. Conforme discussões feitas na *Lista Jornalismo Cultural on line*, realizadas no período em 30/03/2003, disponíveis em [www.yahoogrupos.com.br/jncultural/](http://www.yahoogrupos.com.br/jncultural/). Acesso em 30/08/2003.
- MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MOUILLAUD, Maurice e PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- PÊCHEUX, Michel. *Discurso, Estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.
- PEDROSO, Rosa Nívea. “Elementos para compreender o jornalismo informativo”. In: *Sala de Prensa* (Web para Profissionais de la Comunicacion Iberoamericanos). Numero 51, Enero 2003. Año IV, Vol. 2. Acesso em 21/10/2003.
- SCHÜTZ, Alfred. *Fenomenologia e Relações Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SCHÜTZ, Alfred. “Sur les réalités multiples”. In: *Le chercheur et le quotidien*. Paris: Meridiens, 1987. Pp: 103-167.
- SOUZA, Jorge Pedro. *Teorias da notícia e do jornalismo*. Chapecó/Florianópolis: Argos/Letras Contemporâneas, 2002.
- TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: Questões, Teorias e histórias*. Lisboa: Vega, 1993.
- TRAQUINA, Nelson (org.). *Revista de Comunicação e Linguagens*. Jornalismo/2000. Lisboa: Relógio D’Água, 2000.